

SONIA ARARIPE
Colaboradora

Rio — O quadro de crise devido às dificuldades que o Governo Sarney tem encontrado para negociar a dívida externa pode gerar ainda outros desdobramentos. Se os bancos credores insistirem em manter um duro diálogo com os interlocutores oficiais, sem aceitar o pedido de adiamento para o pagamento dos créditos de curto prazo, o cenário pode ficar ainda mais sombrio.

Sem a renovação dos créditos de curto prazo, poderia haver a insolvência das agências dos bancos brasileiros no exterior. Esta quebra viria seguida de uma estatização de parte do sistema bancário nacional. Os banqueiros preferem não comentar esta hipótese, apostando na boa vontade dos credores externos. Crise é uma palavra que tem soado como verdadeiro alarme para este setor.

O ex-presidente do Banco Central e ex-diretor do Banco do Brasil, Carlos Brandão, hoje à frente da diretoria do Banco Econômico, adverte que dificilmente o Governo Sarney escolheria o caminho da estatização. Ele lembra que, além das agências no exterior dos bancos privados, também o Banco do Brasil seria afetado, já que é um banco de capital misto. Para Brandão, o quadro de 82/83 foi bem pior e mesmo assim o País conseguiu renegociar a dívida, sem afetar a posição dos bancos brasileiros no exterior.

Já o economista Sérgio Goldenstein, que tem acompanhado de perto o movimento sindical dos bancários como técnico do Dieese (Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) alerta para o risco da sociedade civil acabar arcando com o ônus da estatização de parte do sistema bancário, a exemplo do que já ocorreu com a quebra do Banco Comind. Na sua opinião o melhor seria a estatização, via uma porta política, a exemplo da França.

A estratégia do Governo Sarney de fortalecer o Banco do Brasil, concedendo-lhe outras funções do conglomerado financeiro, pode ser um primeiro sinal de que está para surgir um superbanco. A Caderneta Verde foi a primeira aprovação, e a intenção oficial é de conquistar um terço do mercado.

O Brasil deverá conseguir renovar suas linhas de crédito de curto prazo, eliminando assim a possibilidade das agências de bancos nacionais no exterior quebrarem, o que levaria a uma possível estatização do Sistema Bancário Brasileiro, diz Carlos Brandão. Ele não crê que os bancos credores tenham interesse em facilitar uma insolvência do Sistema Financeiro Nacional.

“O quadro atual é bem mais favorável do que o visto em 82 e 83”, assegura Brandão advertindo, entretanto, que agora há ao menos duas importantes mudanças: A primeira, é que o País tem insistido em não cair nas redes do Fundo Monetário Internacional (FMI), sem aceitar sequer seu monitoramento. A outra “é que desta vez o País não apresentou ainda nenhum plano de estabilização econômica de longo prazo, capaz de gerar confiança dos credores externos”.

Carlos Brandão observa que, enquanto outros países em situações semelhantes ao Brasil, já conseguiram negociar suas dívidas externas em boas ba-

ses, o caso brasileiro ainda não foi solucionado. Na sua opinião, a principal causa nesta demora tem sido não só as duas razões anunciadas anteriormente (a rompimento com o FMI e a falta de uma política de longo prazo) mas especialmente porque “estão misturando os problemas da política externa com os de política interna”. O ex-presidente do BC afirma que ainda não está certo se a moratória é a melhor solução para o País, mas garante que não havia realmente outra saída.

O pedido do Governo Brasileiro de adiamento de 90 dias ou até mesmo de um período maior para o pagamento dos créditos de curto prazo deverá ser aceito, segundo Brandão, lembrando que até junho o País terá mais tempo para negociar em melhores bases do que as de hoje. Ele também mostra-se otimista quanto ao futuro do Sistema Bancário Brasileiro. O risco de insolvência das agências dos bancos brasileiros no exterior é praticamente descartado pelo ex-presidente do BC. O mais provável, na sua opinião, é que os bancos credores renovem os créditos de curto prazo, que na sua maioria estão com seus dias contados: o dia “D” é 31 de março.

“Não vejo nenhuma semelhança entre o caso brasileiro e o mexicano”, afirma Carlos Brandão, lembrando o episódio ocorrido em 82, quando o México precisou estatizar suas agências no exterior para não quebrar todo seu sistema bancário. Além disto, ele lembra que, no caso do Governo Brasileiro, estatizar as agências dos bancos nacionais no exterior, também os bens do Banco do Brasil sofreriam com o confisco. E aí, adverte Brandão, a estatização abrangeria as ações do BB, deixando assim de ser uma instituição de economia mista. “Pode até ser que ocorram alguns casos de quebras isoladas, mas tudo poderá ser contornado como foi em 82/83, quando os problemas foram muito maiores”, observa.

A sociedade civil deve ficar muito atenta à hipótese do Governo Sarney vir a estatizar as agências de bancos nacionais do exterior, caso haja a quebra destes bancos. Isto não significará que os conglomerados com sede no País também irão entrar em colapso, já que as contabilidades saem completamente separadas. E o grande risco é de que o ônus desta medida recaia sobre a sociedade, aumentando ainda mais o “rombo” nas contas oficiais. O alerta é do economista Sérgio Goldenstein, que tem acompanhado de perto o Movimento Trabalhista Bancário como técnico do Dieese.

Ainda com base em especulações, Goldenstein explica que a estatização do Sistema Bancário poderia surgir via uma ruptura entre os agentes do capital produtivo e os banqueiros. Esta alternativa, também com forte impacto político, poderia ser considerada uma resposta de empresários, industriais, comerciantes e produtores agrícolas, à atual política do Sistema Bancário. Ultimamente, os empresários não se cansam de acusar os banqueiros de estarem forçando um verdadeiro “suicídio coletivo” de milhares de micro, pequena e média empresas, incapacitadas de suportarem a asfixiante alta das taxas de juros.

Mesmo considerando todas as três hipóteses muito remotas, o economista observa que o Governo Sarney já conta com o aparato jurídico, caso desejas-

se tomar esta medida. “O Decreto-lei 2321, de 25 de fevereiro, que deu base para as recentes intervenções nos bancos estaduais, é um verdadeiro AI-5 do Sistema Financeiro”, dispara Sérgio Goldenstein. Segundo ele, baseado neste Decreto, o Governo poderia estatizar parcialmente ou mesmo todo o Sistema Financeiro Nacional.

Goldenstein observa que, caso haja um quebra das agências de bancos brasileiros no exterior, os conglomerados no País também não quebrarão. “O grande risco, é que se as linhas de crédito de curto prazo realmente não forem renovadas, o que não creio, o passivo seria incorporado pelo Governo, mas o ativo dos conglomerados permaneceriam a salvo”, explica. Isto significa que com este tipo de estatização, causada pela insolvência do sistema, o Governo poderia ficar com os prejuízos destas operações. E, no final, quem acabaria tendo de pagar as contas seria a sociedade, com o crescimento do rombo de caixa do Governo. “Foi o que aconteceu com o caso do banco Comind”, adverte o economista.

Na sua opinião, a única hipótese que a estatização poderia ser bem recebida seria via uma grande mudança política ligada a uma maior democratização do País. Com um Governo de tendência socializante, a estatização do Sistema Bancário poderia alterar os atuais papéis dos agentes do mercado. “E preciso uma redefinição dos papéis dos bancos estaduais, privados, federais”, sugere Goldenstein.

Com esta verdadeira reviravolta no Sistema Bancário, o economista alerta que seria a hora certa do Governo deixar de apenas observar o comportamento do mercado. “O Governo poderia usar seu papel de regulador do mercado, baixando, por exemplo, as taxas de juros e as taxas de regulador de redescuento de duplicatas. Assim, a poupança gerada pelo Sistema Financeiro teria uma função social e não somente especulativa”, defende.

Apenas um diretor de um forte conglomerado nacional, também com agências no exterior, aceitou descrever o por que deste cerco silencioso. Insistindo em não ser identificado, nem mesmo o nome do banco que dirige, a fonte afirmou que o momento é muito delicado para qualquer declaração. “Estamos em meio a uma renegociação da dívida externa”, observa o diretor do conglomerado financeiro. A apreensão dos banqueiros tem fortes motivos. Caso o Governo estatize as agências dos bancos no exterior, não só a credibilidade dos conglomerados ficará abalada, mas principalmente sua posição no exterior e no mercado nacional estarão seriamente afetadas.

O Governo sabe que a insolvência dos bancos no exterior não interessa nem aos banqueiros, nem aos credores, e nem mesmo resolveria suas dificuldades com a dívida externa. O diretor lembra que por este motivo o ministro Dilson Funaro tem feito tanto esforço visando conseguir um adiamento para o pagamento dos créditos de curto prazo. Um colapso nas agências de bancos brasileiros no exterior poderia piorar ainda mais o atual quadro externo do País. As exportações e importações brasileiras teriam seus financiamentos prejudicados, lembra a fonte. “Não interessa a ninguém a quebra destas agências”, frisa.